

Cenários Fiscais para 2023

Vilma da Conceição Pinto

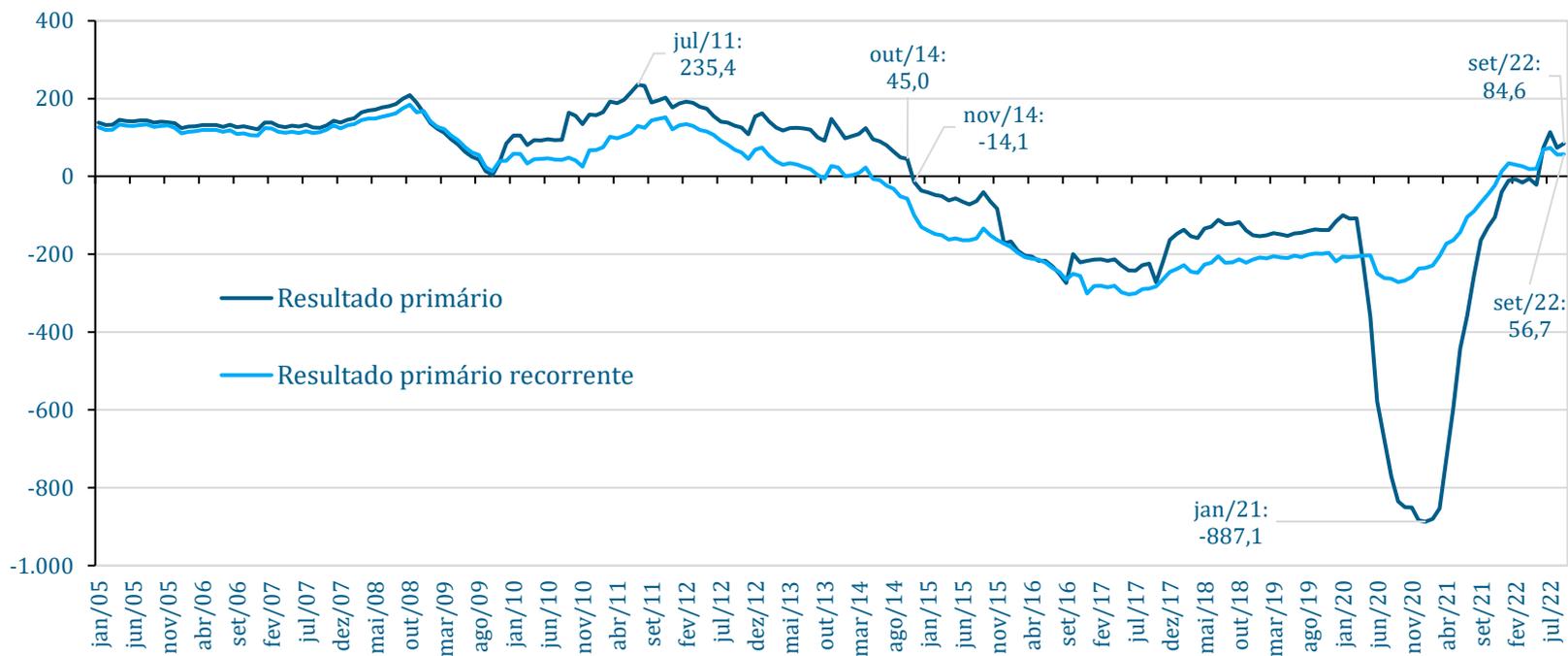
Diretora da IFI

31 de outubro de 2022

- *Overview* da situação fiscal no pós pandemia
 - Desempenho recente das receitas
 - Gastos primários e o teto de gastos
- Cenário fiscal para 2023
 - A questão das regras fiscais
 - Cenários fiscais em meio a incertezas

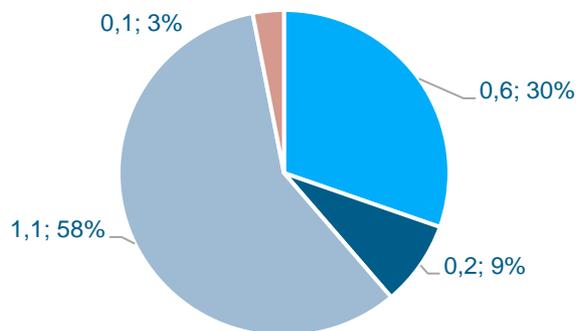
Superavit primário convencional e recorrente refletem a melhora expressiva na arrecadação em 2022 e a diminuição com gastos no combate à pandemia.

Evolução em 12 meses do resultado primário e do resultado primário recorrente do governo central (R\$ bilhões a preços de setembro de 2022)



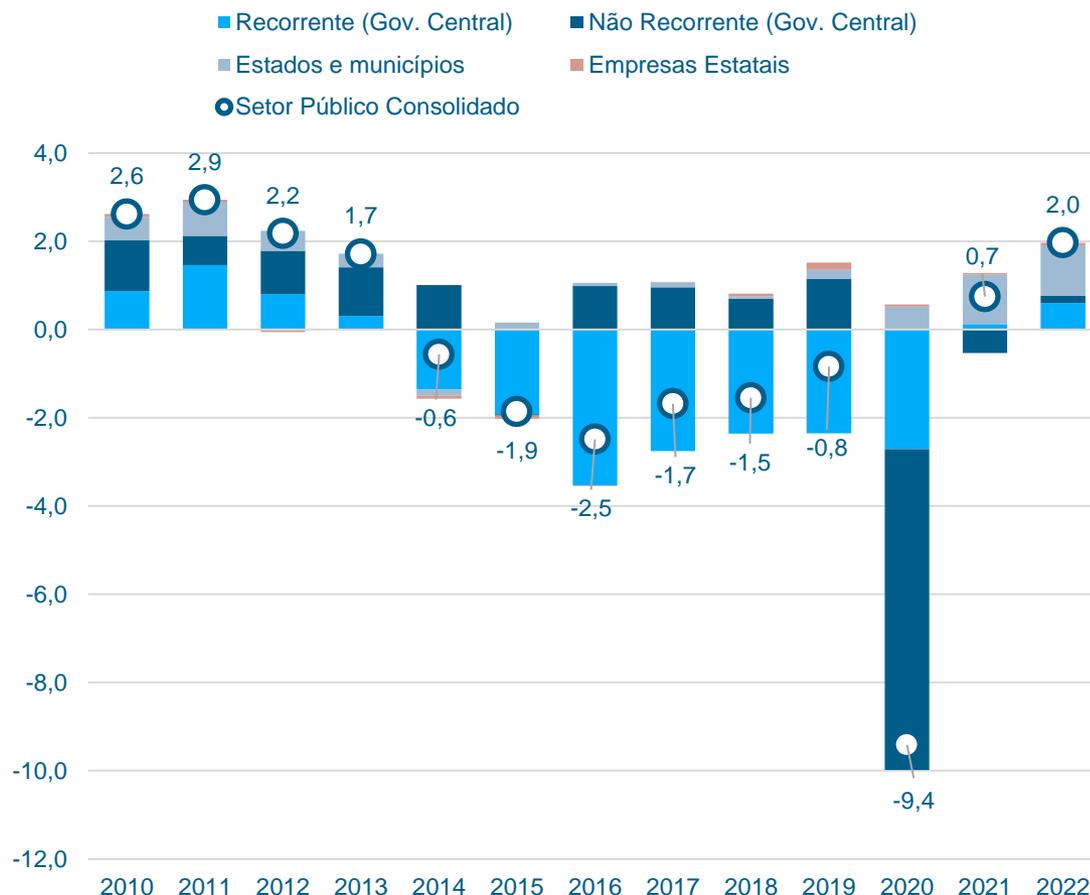
Superavit primário do setor público consolidado alcançou 2,0% do PIB, no acumulado em 12 meses até agosto.

Acumulado em 12 meses até agosto 2022, % do PIB e Part. %

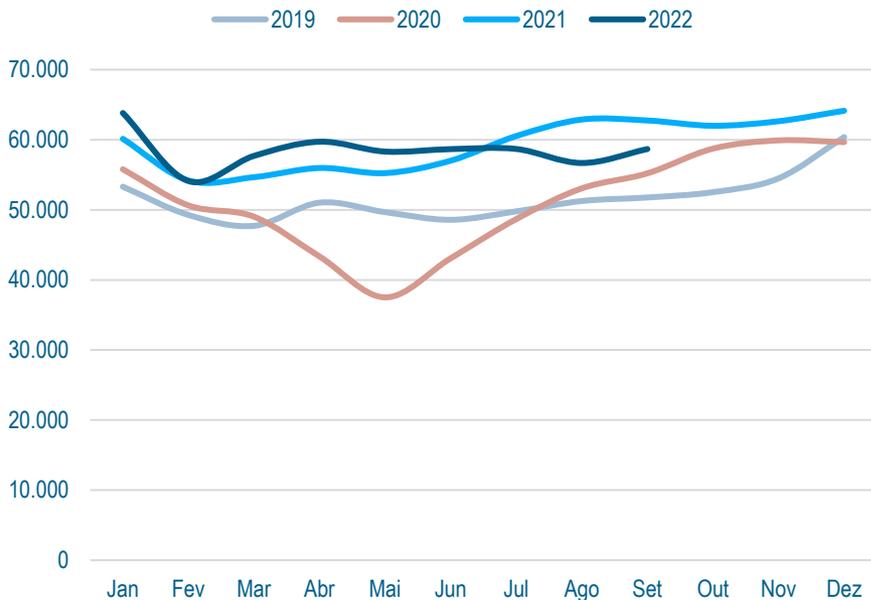


- Recorrente (Gov. Central)
- Não Recorrente (Gov. Central)
- Estados e municípios
- Empresas Estatais

Decomposição do Resultado primário do Setor Público Consolidado % do PIB

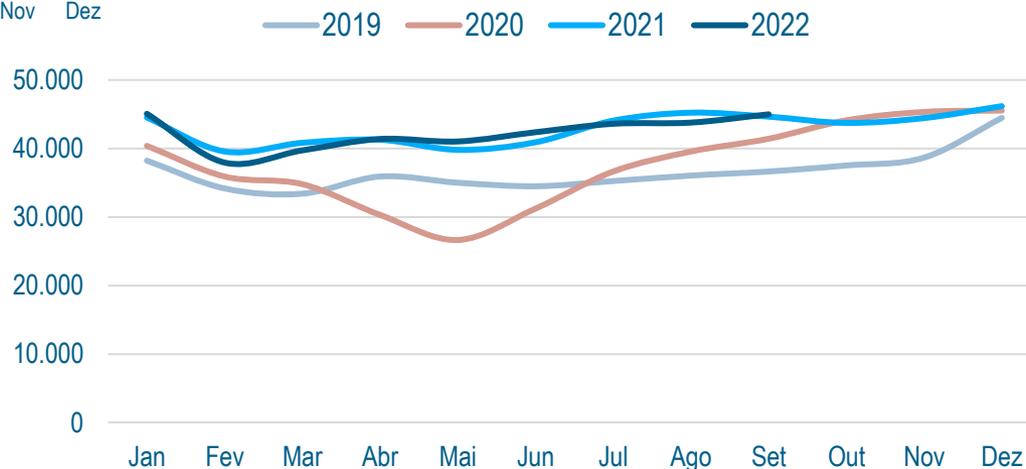


Arrecadação do ICMS
R\$ Milhões, IPCA a preços de set/2022

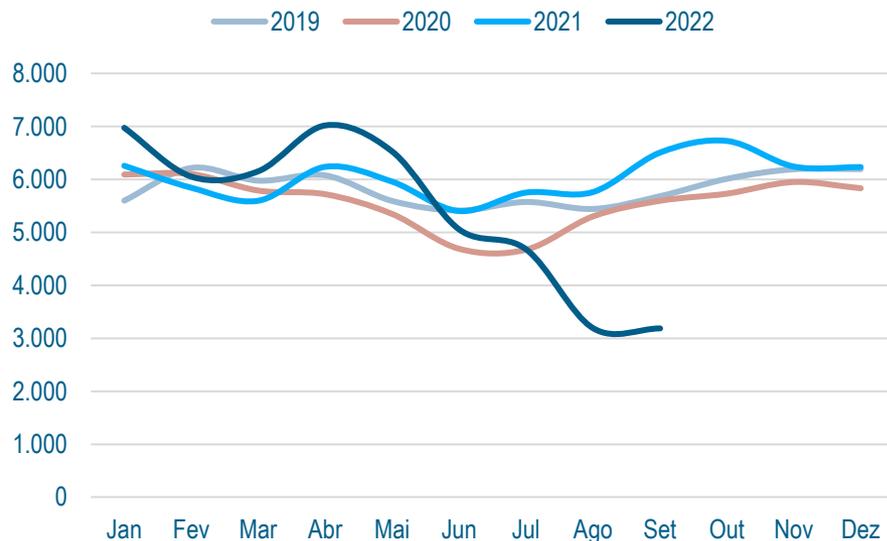


Desaceleração na margem ocorre basicamente por conta dos setores de energia elétrica e petróleo, combustíveis e lubrificantes.

Arrecadação ICMS - Demais setores
R\$ Milhões, IPCA a preços de set/2022



Arrecadação do ICMS - Energia Elétrica
R\$ Milhões, IPCA a preços de set/2022



Arrecadação do ICMS energia elétrica apresentou uma desaceleração mais acentuada.

Efeitos da LC 194, de 2022

Lei Kandir (LC 87, de 1996)

Art. 3º O imposto não incide sobre:

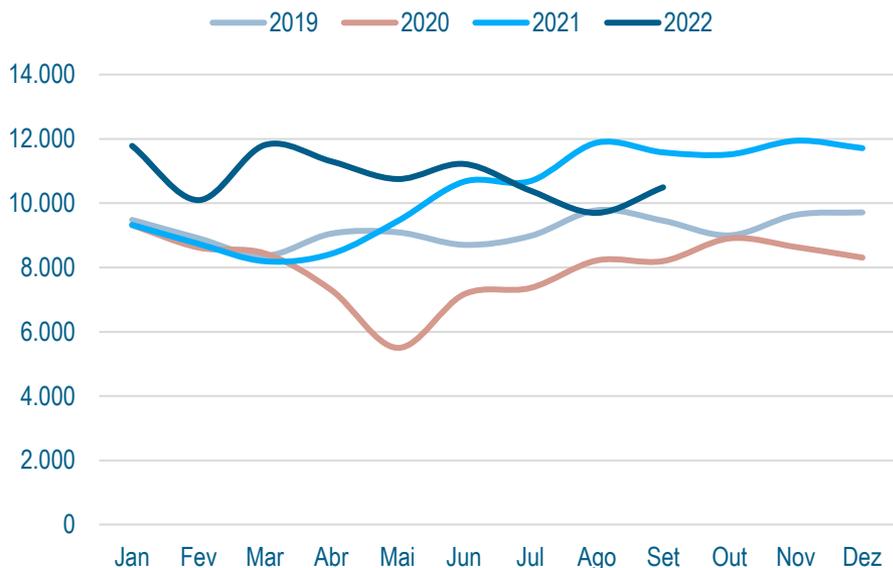
(...)

X - serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Variação % real – trimestre contra mesmo período do ano anterior.

2022 / 2021	ICMS Total	Energia Elétrica	Petróleo, Combustíveis e lubrificantes	Demais itens
1º Tri.	4,0%	8,4%	28,3%	-1,8%
2º Tri.	5,1%	5,7%	16,6%	2,3%
3º Tri.	-6,5%	-38,6%	-10,5%	-1,2%

Arrecadação ICMS – Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes
R\$ Milhões, IPCA a preços de set/2022



Arrecadação de Petróleo, combustíveis e lubrificantes apresentou recuo de 10,5% no trimestre encerrado em setembro.

Desempenho também tem influência da LC 194, de 2022.

LC 192, de 2022 ainda não foi aplicada.

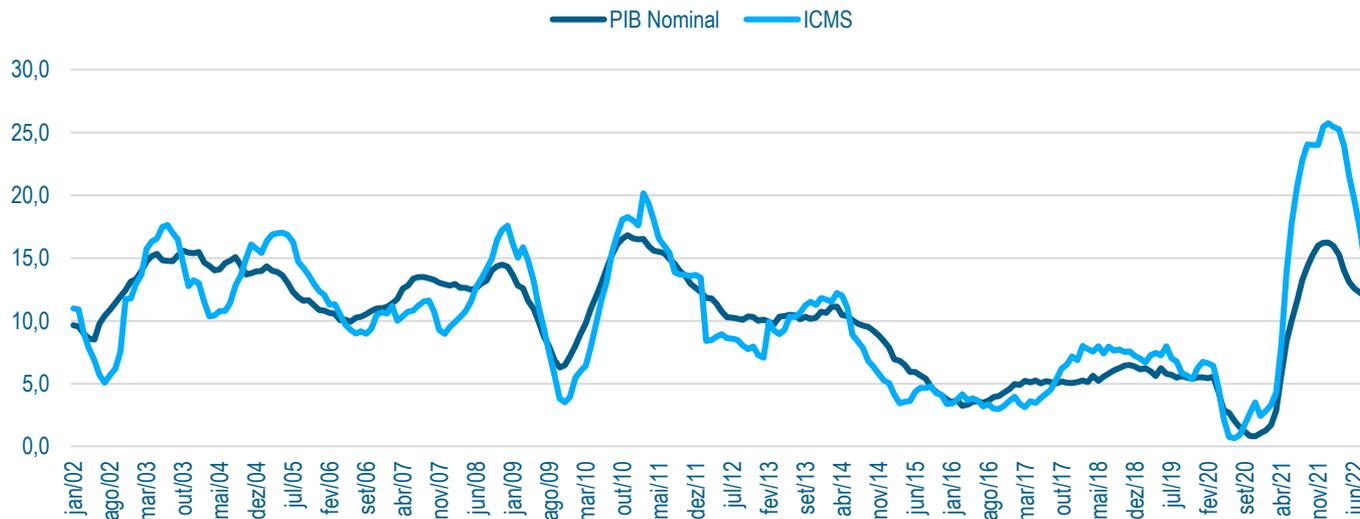
-> quando aplicada, deverá impactar ainda mais as receitas de alguns estados.

Variação % real – trimestre contra mesmo período do ano anterior.

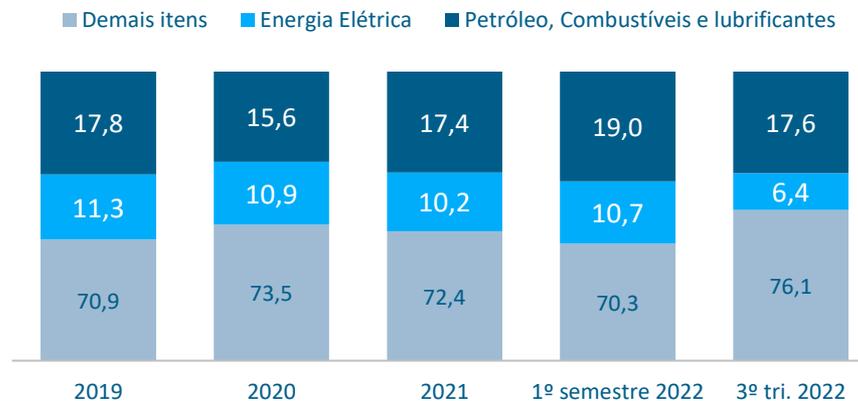
2022 / 2021	ICMS Total	Energia Elétrica	Petróleo, Combustíveis e lubrificantes	Demais itens
1º Tri.	4,0%	8,4%	28,3%	-1,8%
2º Tri.	5,1%	5,7%	16,6%	2,3%
3º Tri.	-6,5%	-38,6%	-10,5%	-1,2%

Arrecadação do ICMS: Receita x PIB nominal

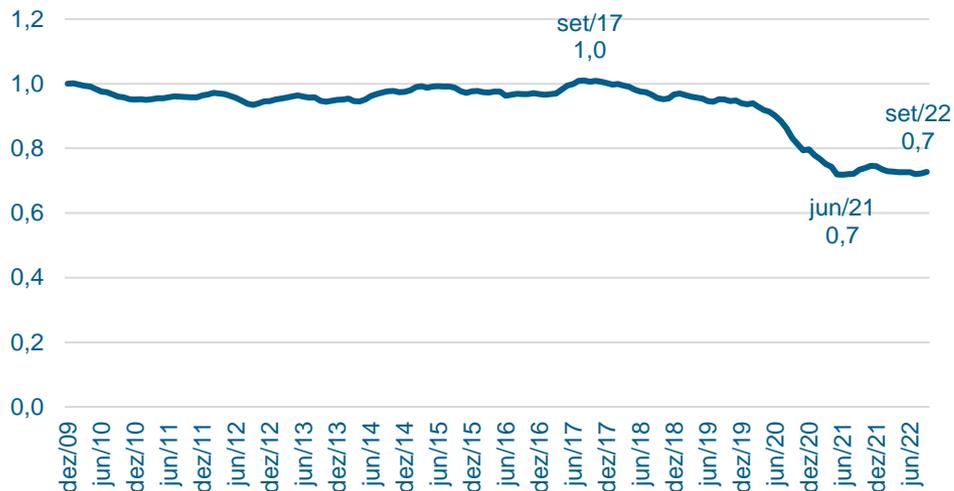
Arrecadação do ICMS e PIB
Variação acum. em 12 meses - % nominal



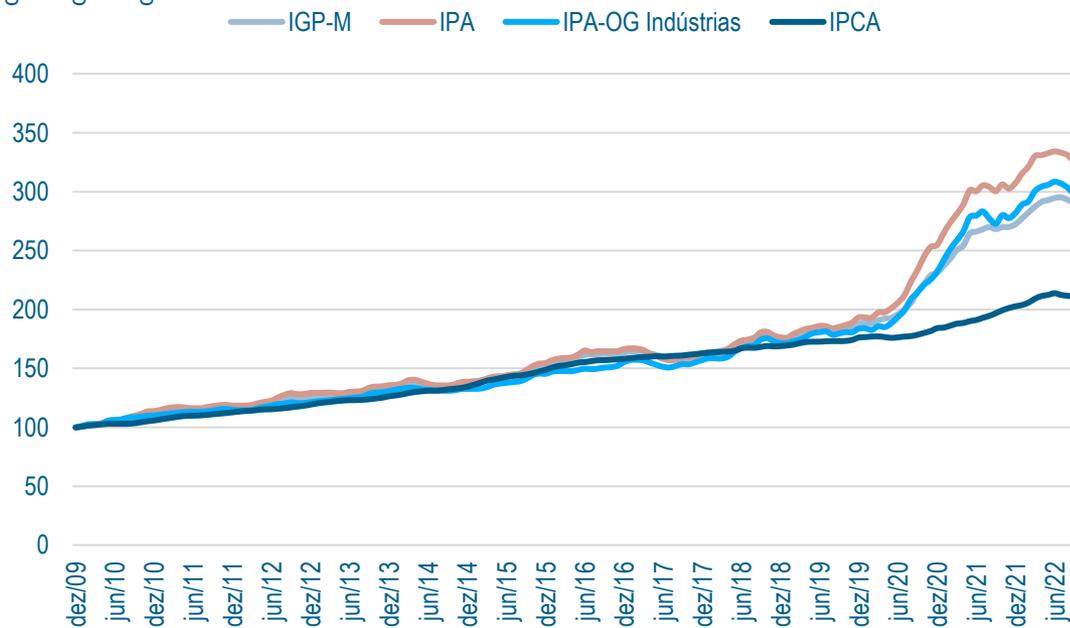
PARTICIPAÇÃO %



IPCA / IGP-M

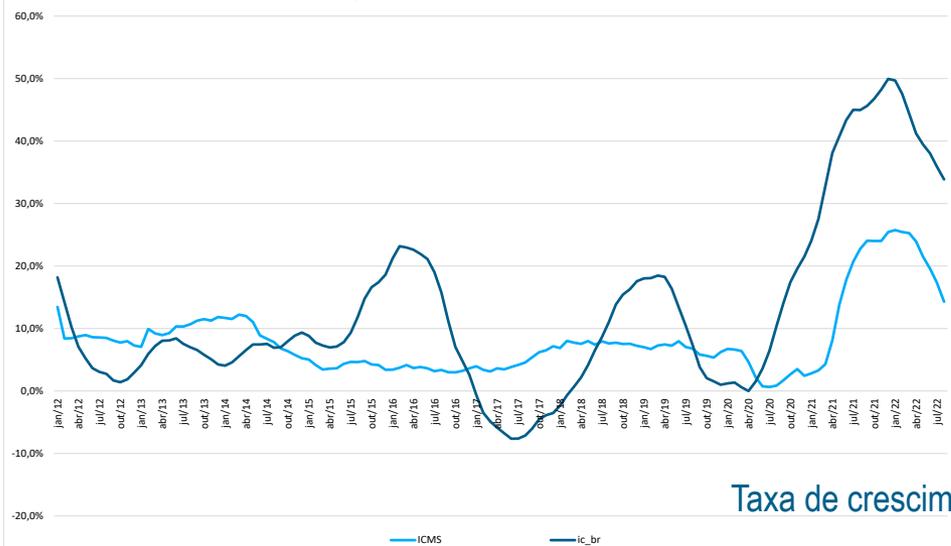


Índices de preços dez/09 = 100

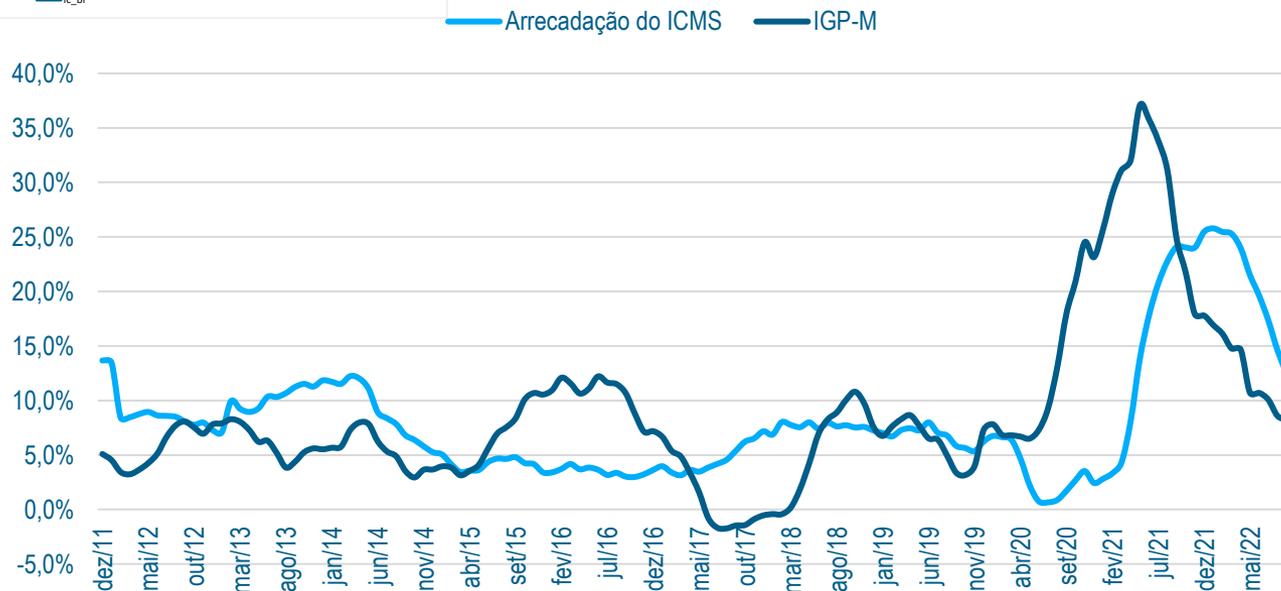


Arrecadação do ICMS: Receita x Índices

TAXA DE VARIAÇÃO EM 12 MESES DA RECEITA DO ICMS E DO IC-BR



Taxa de crescimento do ICMS nominal e variação YoY do IGP-M



- Dividendos e exploração de recursos naturais continuaram a impulsionar a arrecadação em setembro.
- No acumulado de nove meses em 2022, a receita primária apresentou um aumento de 13,8% comparativamente ao mesmo período de 2021.
- Em setembro, receitas administradas apresentaram recuo real em relação ao mesmo mês do ano anterior, movimento explicado pela diminuição da arrecadação dos impostos federais como IPI, II e PIS/Pasep e Cofins.

RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A SETEMBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

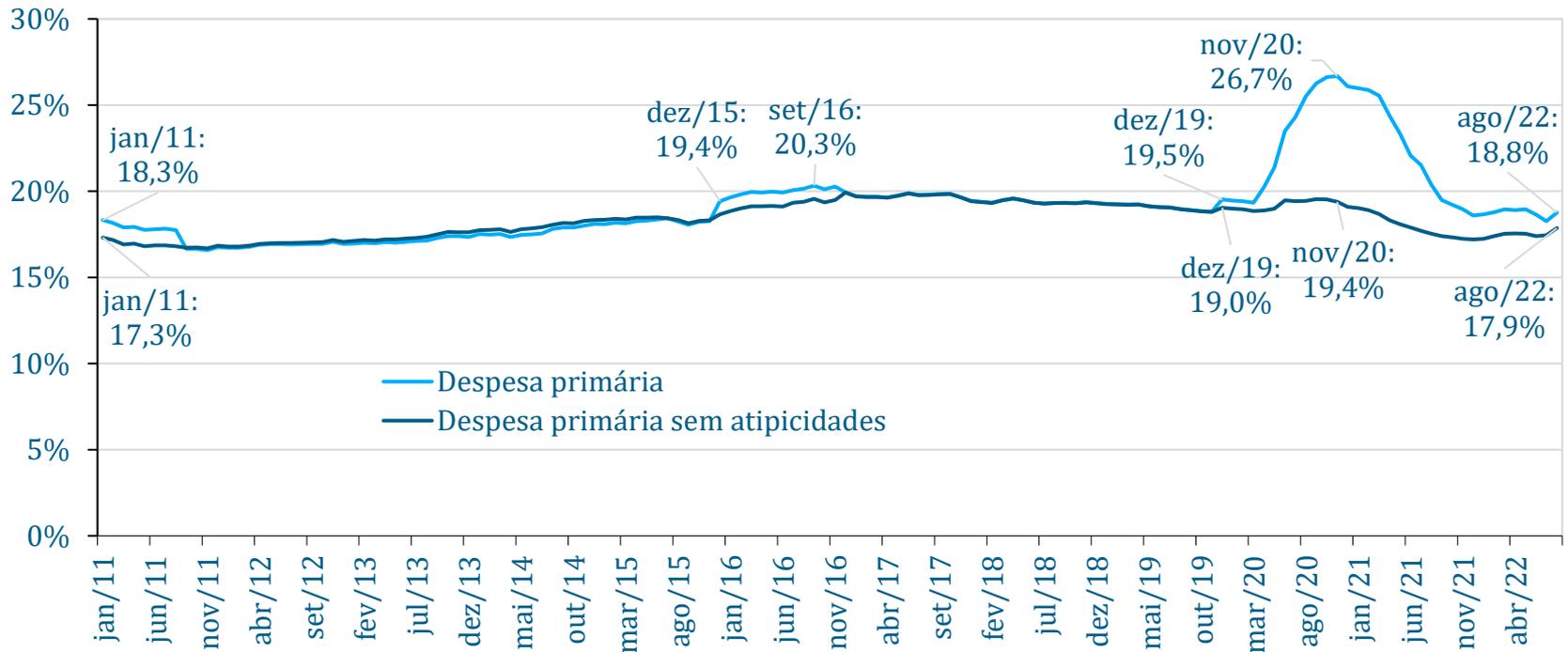
	Jan-Set/20			Jan-Set/21			Jan-Set/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Receita total	1.013,2	-13,7%	18,6%	1.370,4	25,9%	21,3%	1.722,6	13,8%	24,0%
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	626,5	-13,7%	11,5%	865,1	28,6%	13,5%	1.035,4	8,4%	14,4%
<i>Incentivos fiscais</i>	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	266,5	-11,5%	4,9%	320,3	11,8%	5,0%	376,9	6,6%	5,3%
<i>Receitas não administradas</i>	120,4	-17,7%	2,2%	185,0	43,0%	2,9%	310,4	51,6%	4,3%
Transferências	187,0	-10,7%	3,4%	252,3	25,5%	3,9%	335,3	20,3%	4,7%
Receita líquida	826,1	-14,3%	15,1%	1.118,2	26,0%	17,4%	1.387,3	12,4%	19,4%
Receita total sem atipicidades*	1.073,8	-5,5%	19,7%	1.319,5	14,4%	20,5%	1.649,9	13,2%	23,0%
Receita líquida sem atipicidades*	886,8	-4,3%	16,3%	1.067,2	12,0%	16,6%	1.314,7	11,5%	18,3%
PIB (R\$ bi correntes)	5.456,3			6.421,7			7.166,1		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

Despesa primária da União em proporção do PIB em patamar abaixo do início do governo

Evolução em 12 meses da despesa primária convencional e recorrente - % do PIB



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Demais despesas primárias

- Despesa primária total atingiu R\$ 1.353,8 bilhões no acumulado de 2022 até setembro.
- Gastos com abono salarial e seguro-desemprego cresceram 31,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciados pela alteração no calendário de pagamentos.

DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A SETEMBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

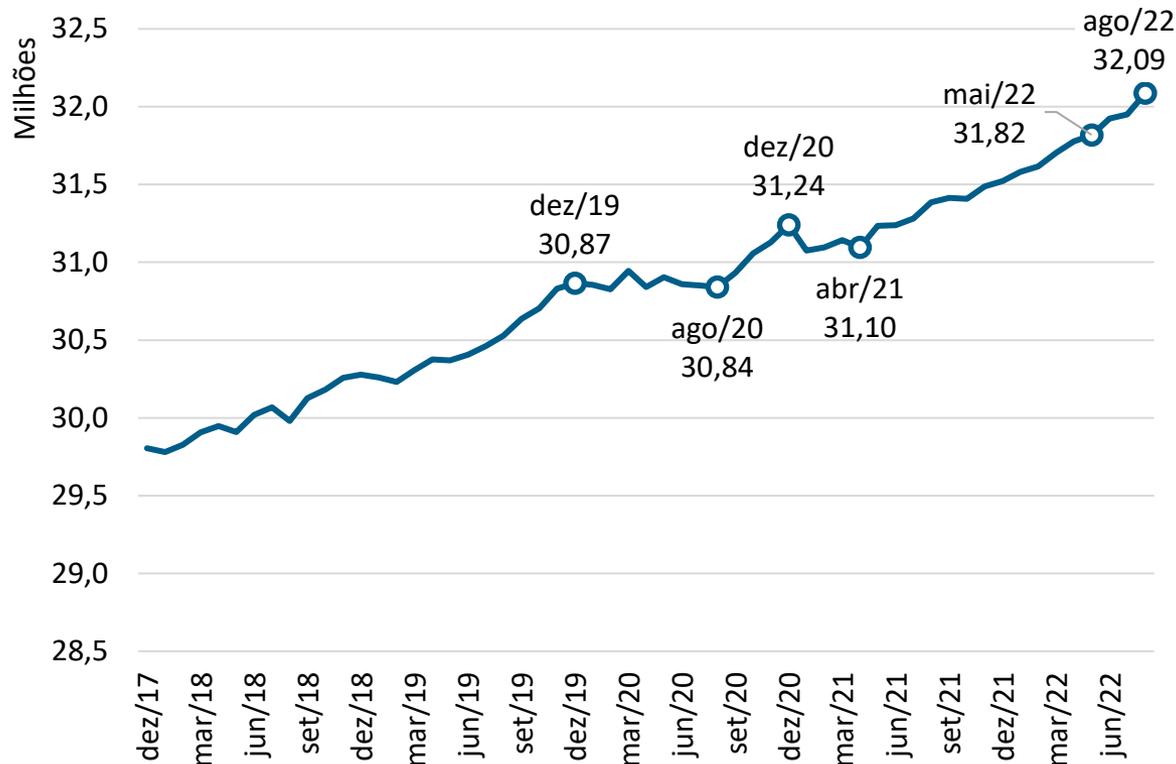
Discriminação	Jan-Set/20			Jan-Set/21			Jan-Set/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Despesa total	1.503,6	44,9%	27,6%	1.199,7	-25,9%	18,7%	1.353,8	2,2%	18,9%
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	509,2	8,3%	9,3%	545,6	-0,5%	8,5%	610,7	1,3%	8,5%
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	233,4	-0,2%	4,3%	240,4	-4,2%	3,7%	246,1	-7,3%	3,4%
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	48,1	11,6%	0,9%	37,2	-27,5%	0,6%	54,0	31,1%	0,8%
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	46,9	2,3%	0,9%	50,9	0,8%	0,8%	59,0	5,0%	0,8%
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	342,8	-	6,3%	95,9	-74,2%	1,5%	27,9	-73,4%	0,4%
<i>Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha</i>	7,5	-11,2%	0,1%	5,8	-27,9%	0,1%	3,1	-51,4%	0,0%
<i>Fundeb</i>	12,5	1,8%	0,2%	15,1	13,1%	0,2%	24,5	46,4%	0,3%
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	21,9	45,9%	0,4%	17,9	-24,5%	0,3%	15,9	-20,2%	0,2%
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	29,0	175,2%	0,5%	5,2	-83,0%	0,1%	14,1	143,0%	0,2%
Obrigações	1.431,8	48,5%	26,2%	1.128,4	-26,8%	17,6%	1.238,5	-0,6%	17,3%
Obrigações com controle de fluxo	92,6	-11,5%	1,7%	101,6	2,1%	1,6%	160,7	43,1%	2,2%
Discricionárias	71,8	-2,1%	1,3%	71,3	-8,2%	1,1%	115,4	46,6%	1,6%
Despesa total sem atipicidades*	1.042,3	0,5%	19,1%	1.083,3	-3,4%	16,9%	1.289,2	7,8%	18,0%
PIB (R\$ bi correntes)	5.456,3			6.421,7			7.166,1		

* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

Fonte: SIGA Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Evolução dos beneficiários da Previdência Social

(Quantidade de benefícios emitidos, em milhões)



- Evolução de beneficiários do Regime Geral sugere que a reforma realizada em 2019 ainda não foi capaz de afetar a evolução dos beneficiários.
- A pandemia da Covid-19 parece ter contribuído para mudança temporária na evolução do nº de beneficiários.
- O efeito do represamento observado no período de janeiro a agosto de 2020 foi ajustado de agosto a dezembro.
- A partir de agosto de 2021, a quantidade de beneficiários voltou a apresentar crescimento contínuo, compatível com o período pré-reforma.

Fonte: Boletim estatístico da Previdência Social (BEPS). Elaboração IFI.

- Os gastos com custeio administrativo do Governo Federal vem recuando desde o início do teto de gastos.
- Em percentual do PIB, as despesas com custeio administrativo saíram de 0,8% do PIB em 2016 para 0,5% em 2021.
- Despesas com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, foram os mais afetados.

Custeio Administrativo do Gov. Central
R\$ bilhões, IPCA a preços de set/2022



Despesas primárias: Recuo nos investimentos

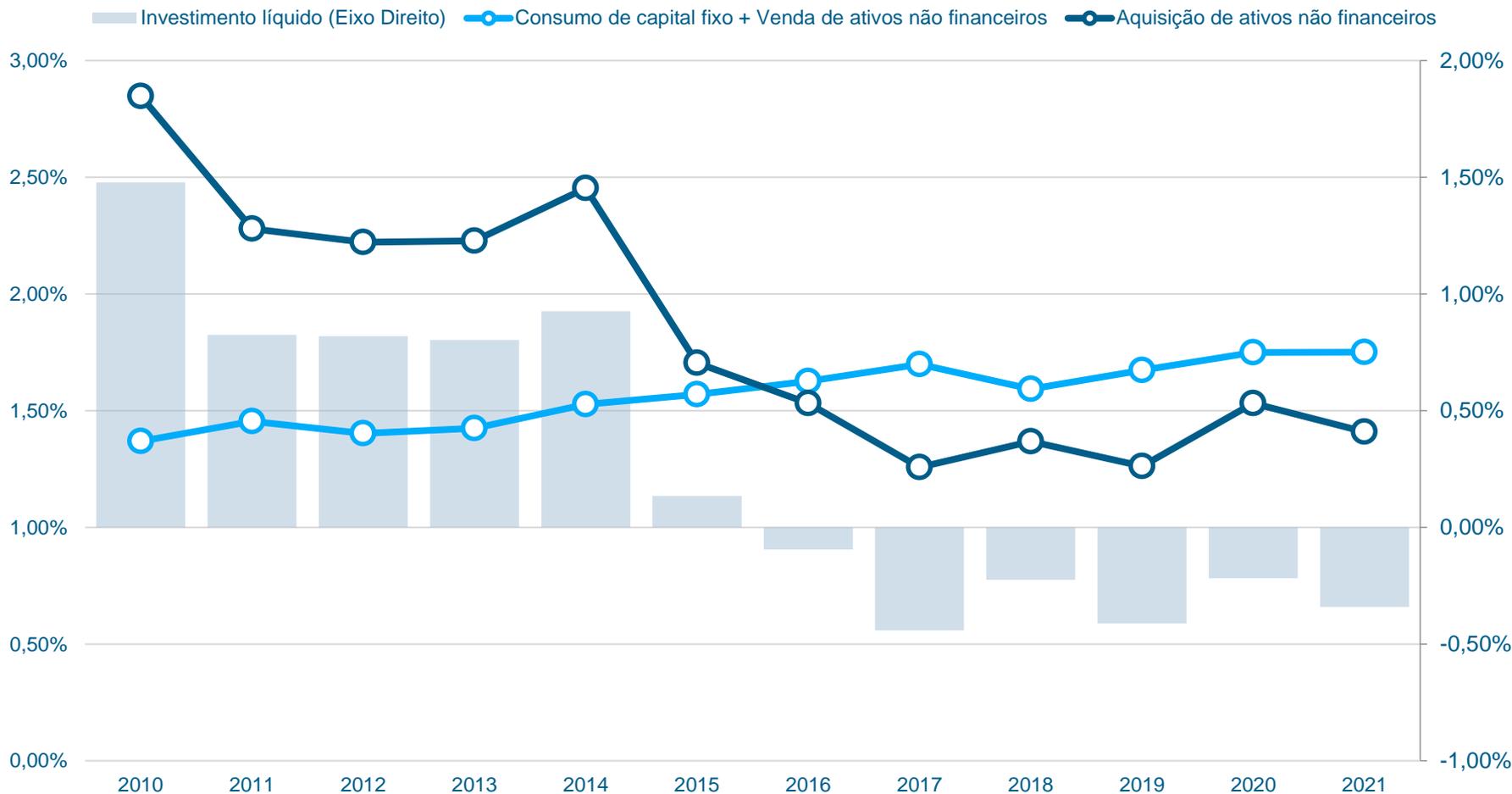
- Investimentos e inversões financeiras recuaram antes da criação do teto de gastos e apresentou certa estabilidade entre 2017-2019.
- Na pandemia, os gastos nesta rubrica dispararam, sobretudo por conta das Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito.
- Observa-se um recuo na margem.



Redução de investimentos e mudança de composição

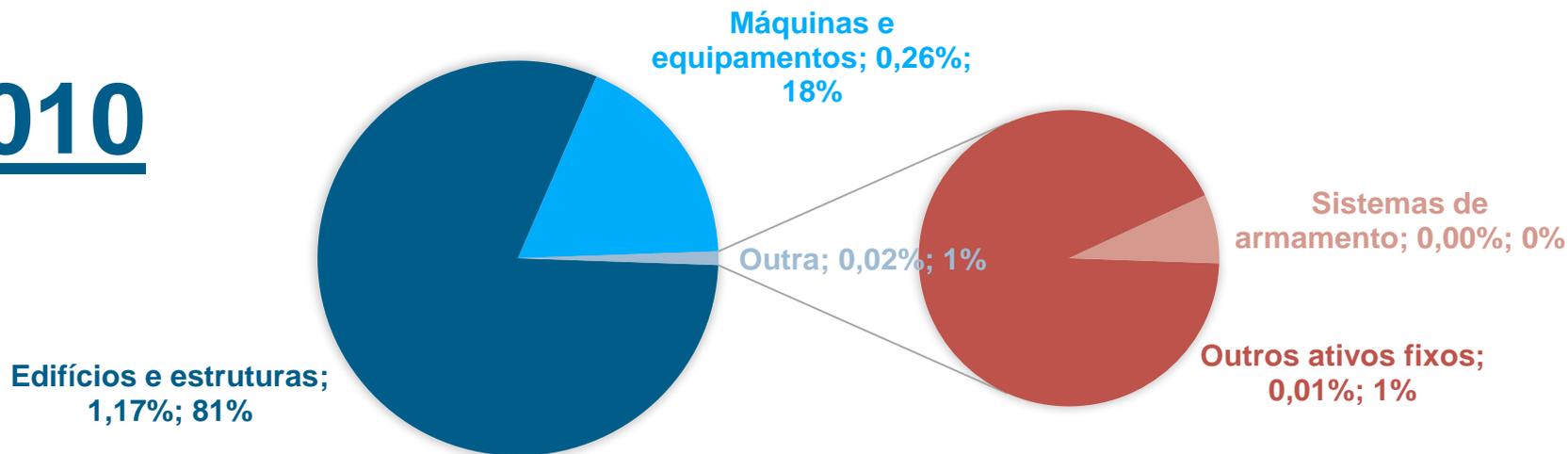
- Investimentos líquidos estão no vermelho desde 2016. Resultado decorre da redução na aquisição de ativos fixos.

Composição do investimento líquido em ativos fixos – Governo Geral - % do PIB

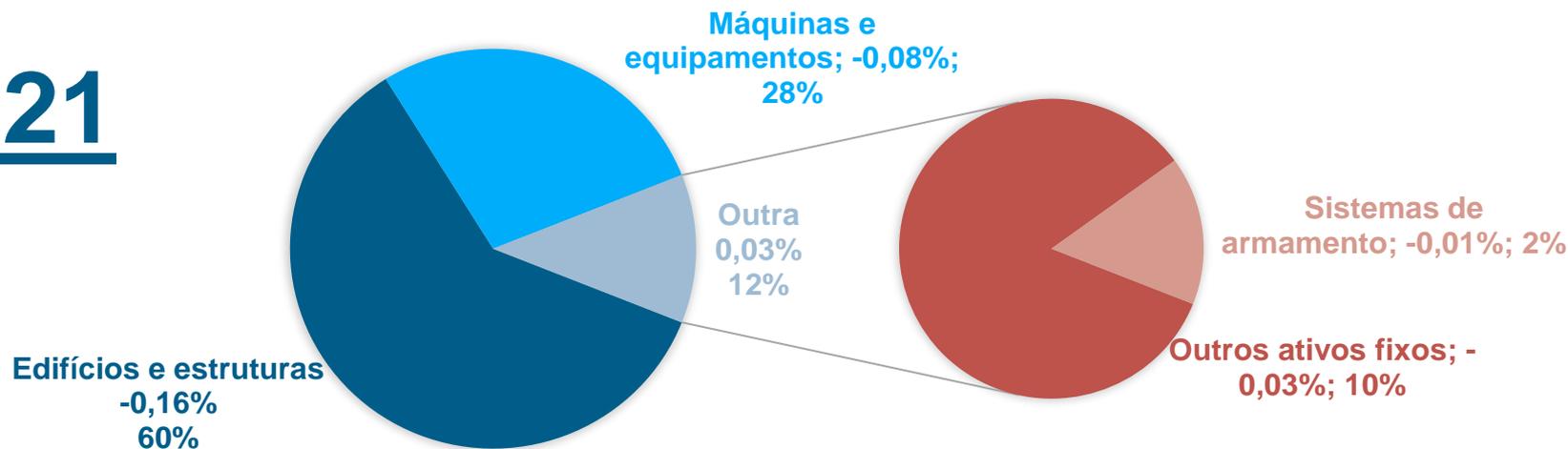


- Composição do investimento líquido em ativos fixos – Governo Geral - % do PIB e Part. %

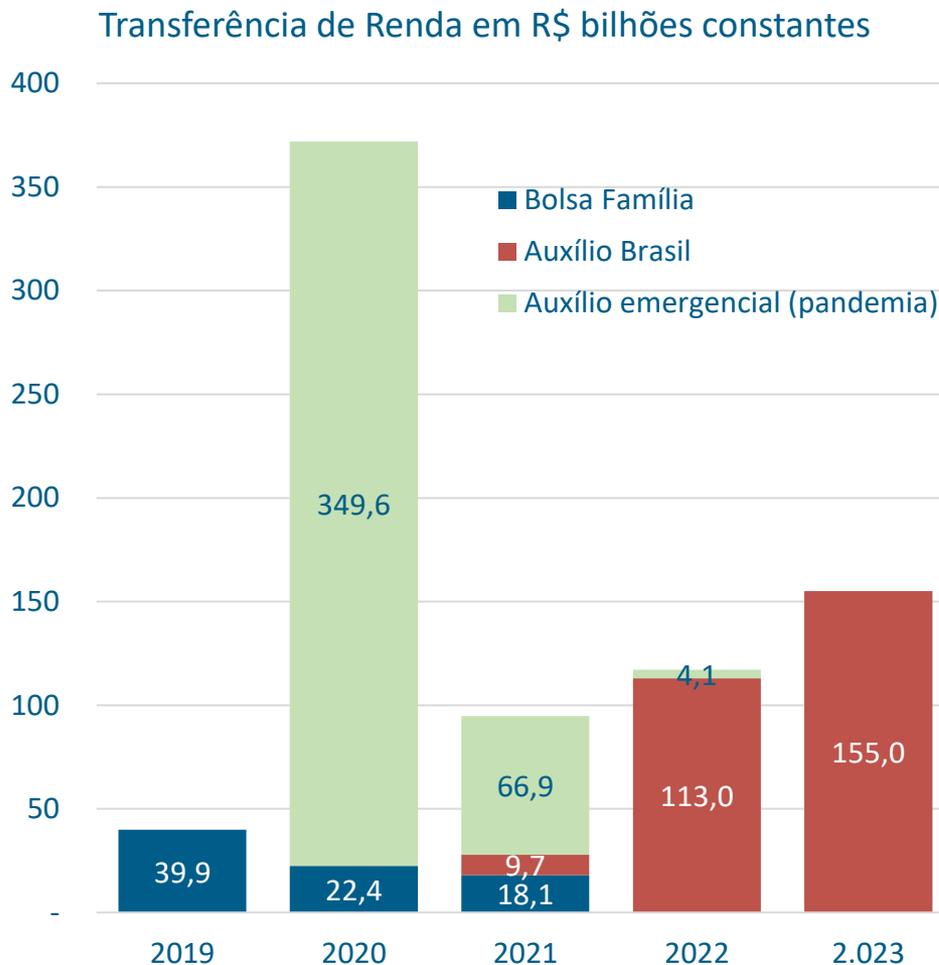
2010



2021

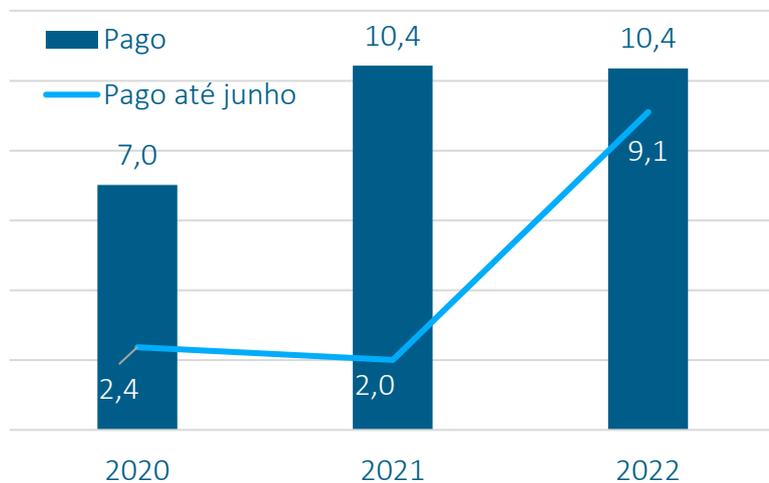


- Criado no fim de 2021 para substituir o Bolsa Família
- Até o fim de 2022: benefício complementar para garantir piso de R\$ 400 por família
- EC 123: benefício extra de R\$ 200 nos últimos cinco meses de 2022 (piso vai a R\$ 600)
- A partir de 2023: provavelmente gasto extraordinário será mantido
- Caso isso aconteça, programa deverá custar cerca de R\$ 150 bilhões ao ano, quase 4 vezes o gasto do antigo bolsa família

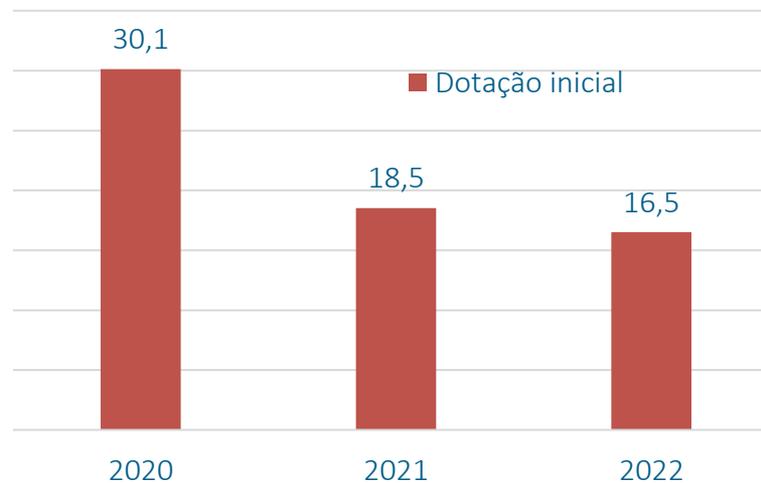


- Têm sido chamadas na imprensa de orçamento secreto
- Não são propriamente uma novidade
- A partir de 2020: relator-geral como protagonista também na execução do Orçamento
- Falta de transparência
- Incentivo ao compadrio: distribuição não é equitativa
- Em 2022, os valores pagos até junho cresceram mais de 350% em relação a 2021
- Equivalem hoje a quase metade do gasto realizado por emendas parlamentares

Execução das emendas de relator geral (RP 9), R\$ bi



Dotação das emendas de relator geral (RP 9), R\$ bi



- Objetivo: atenuar o impacto da inflação sobre a renda dos cidadãos mais vulneráveis
- Ampliou gastos já existentes e criou novas despesas no âmbito da União
- Autorizou gastos de até R\$ 41,2 bi para 2022 por fora das regras fiscais
- Reconheceu estado de emergência: elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e impactos sociais deles decorrentes

Medidas	Gasto máximo (PEC nº 1/2022)	% do total
Aumento de R\$ 200,00 no benefício do Auxílio Brasil e fim da fila do programa	26,00	63,0
Auxílio financeiro mensal de R\$ 1.000,00 para caminhoneiros	5,40	13,1
Subsídio etanol (auxílio financeiro aos estados e DF)	3,80	9,2
Apoio aos entes subnacionais para custeio do transporte coletivo (gratuidade de idosos)	2,50	6,1
Auxílio financeiro para taxistas	2,00	4,8
Ampliação do valor do auxílio Gás dos Brasileiros	1,05	2,5
Reforço orçamentário para o Programa Alimenta Brasil (Lei nº 14.284, de 2021)	0,50	1,2
Total	41,25	100,0

Fonte: Substitutivo do Senador Fernando Bezerra Coelho à PEC nº 1/2022. Elaboração: IFI.

Piso da enfermagem teria impacto de R\$ 5,5 bilhões no setor público, concentrado nos entes subnacionais.

Esfera municipal teria o maior impacto (R\$ 3,9 bi) seguido pela esfera estadual (R\$ 1,4 bi).

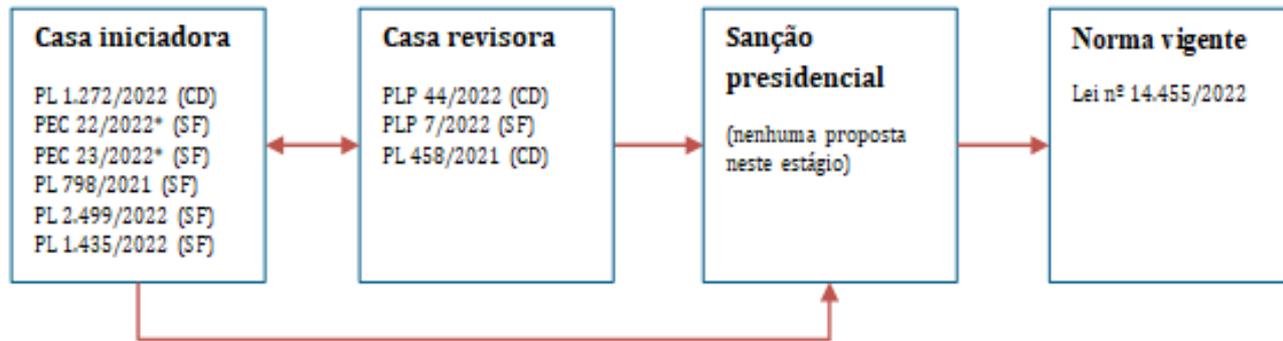
ESTIMATIVA DE IMPACTO ANUAL DO PISO DA ENFERMAGEM SOBRE AS DESPESAS REMUNERATÓRIAS

Setor	Impacto anual (R\$ milhões)
Setor público	5.508,3
Esfera federal	26,9
Esfera estadual	1.499,4
Esfera municipal	3.929,3
Empresas públicas (das três esferas)	52,6
Setor privado empresarial	5.488,4
Setor privado sem fins lucrativos	6.382,9
Total	17.379,6

Elaboração: IFI, a partir de dados da RAIS 2020.

- Indefinição quanto ao financiamento do piso da enfermagem impede estimação do impacto para 2023.
- No RAF nº 68, de setembro, IFI estimou que o impacto total do piso seria de R\$ 17,4 bilhões

ESTÁGIO DE TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS ASSOCIADAS AO PISO DA ENFERMAGEM



Elaboração: IFI.

CD = Câmara dos Deputados; SF = Senado Federal.

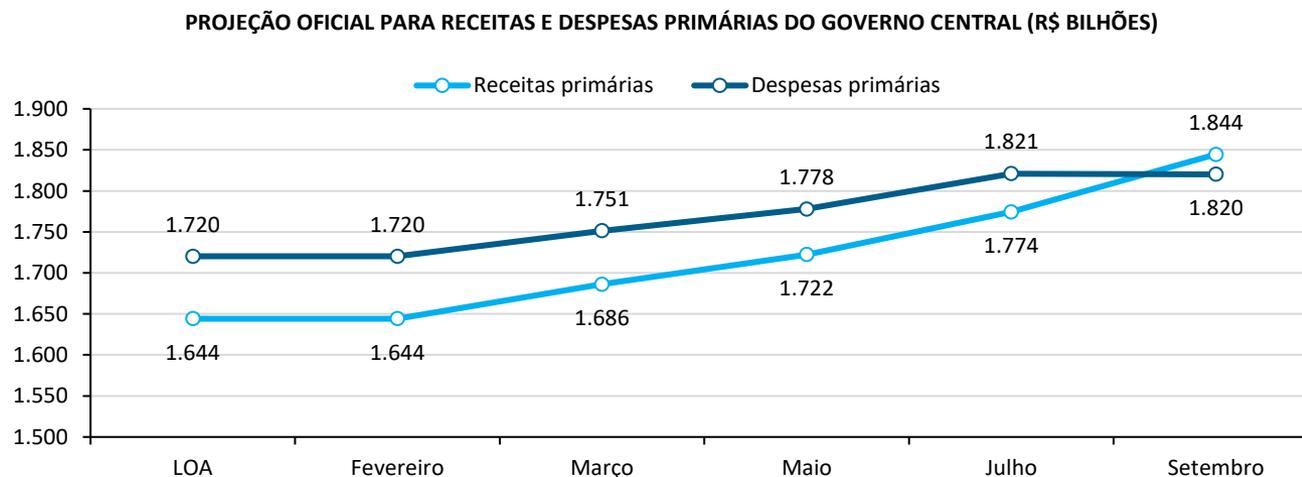
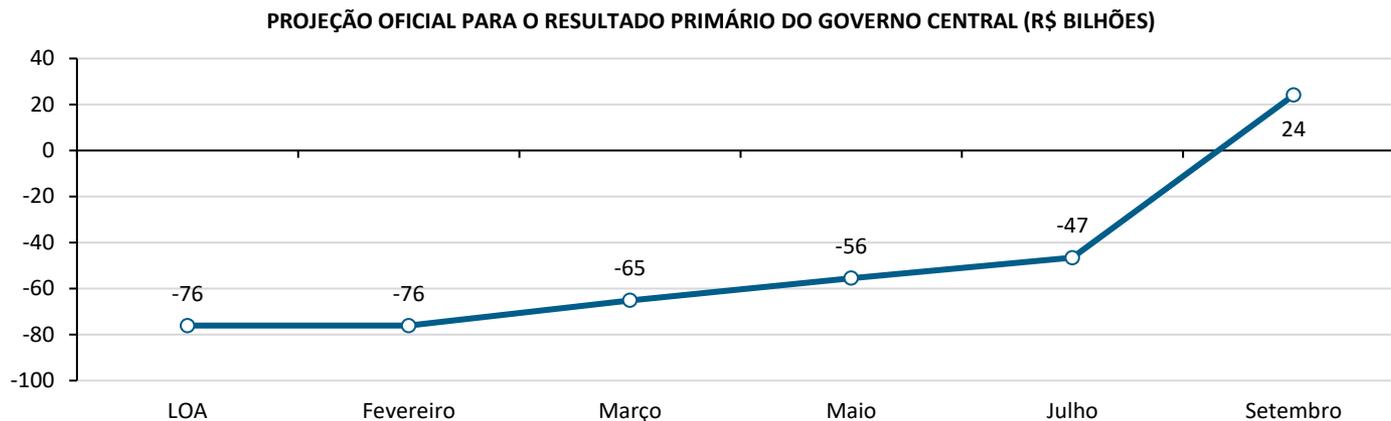
Para entender a tramitação de projetos de lei e correlatos, acesse: <https://www.camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo/>.

*Exceção: Propostas de Emendas à Constituição (PEC) não dependem da etapa de sanção presidencial, pois tais emendas são promulgadas pelo Congresso Nacional.

Breve descrição das propostas: PL 1.272/2022 – desoneração da folha de pagamentos para o setor de saúde; PEC 22/2022 – realocação de emendas de relator, já alocadas no Ministério da Saúde, para o pagamento do piso da enfermagem; PEC 23/2022 – aumenta a transferência da União para o Fundo de Participação dos Municípios;

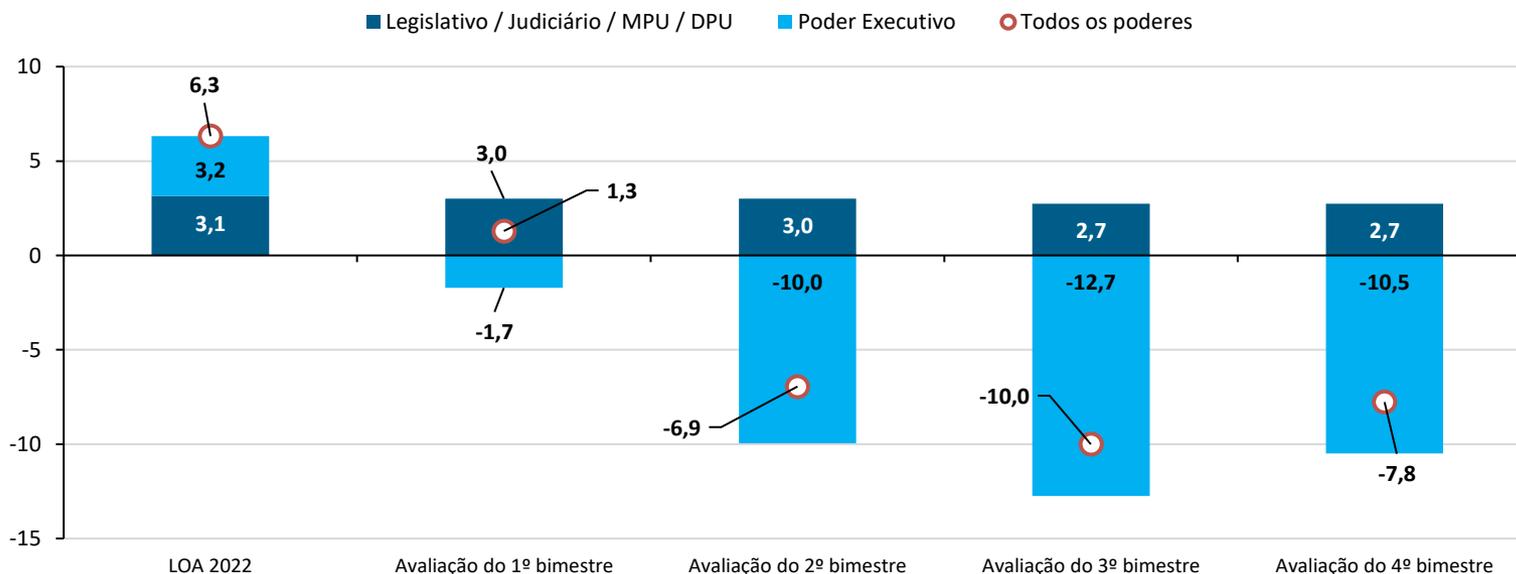
PL 798/2021 – reabertura do programa de repatriação de recursos no exterior; PL 2.499/2022 – descentralização dos recursos do excedente em óleo do pré-sal; PL 1.435/2022 – reajuste periódico da Tabela SUS. As demais proposições estão explicadas no texto.

- Revisão positiva na previsão de receitas fez com que a estimativa do governo fosse de um deficit de R\$ 76,2 bilhões para um superavit de R\$ 24 bilhões.
- Receitas vinculadas ao petróleo foram as principais responsáveis pela mudança na previsão, dividendos e participações saltaram de R\$ 26,3 bilhões para R\$ 80,5 bilhões.



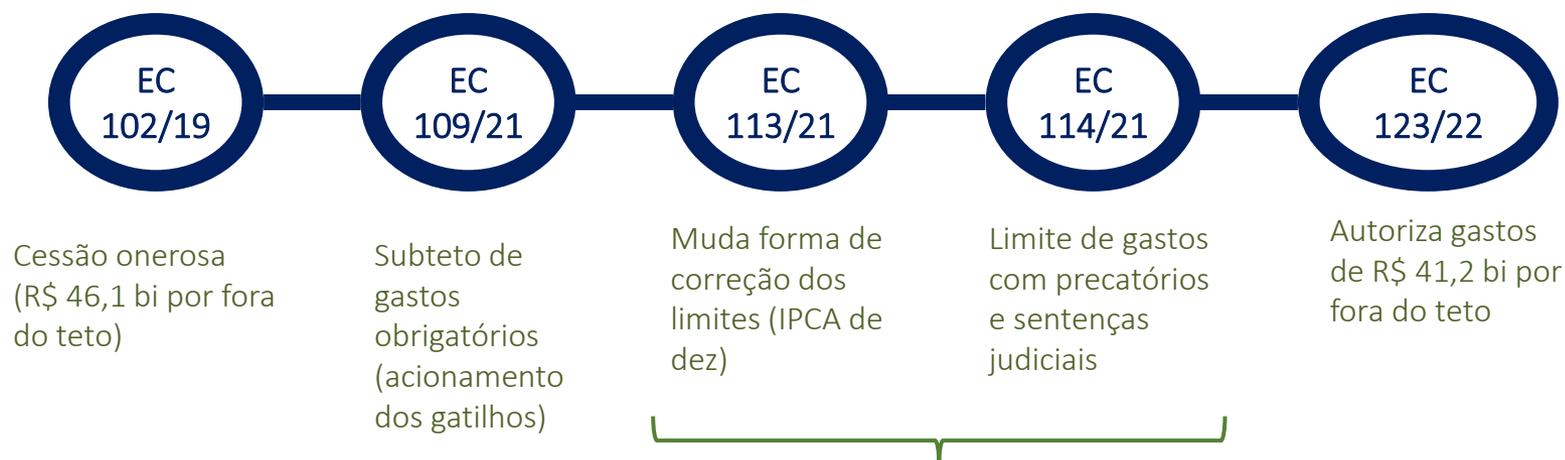
- Mesmo com alterações no teto de gastos, a regra se mantém restritiva.
- Na avaliação do 4º bimestre de 2022, a necessidade de ajuste ficou em R\$ 10,5 bilhões, abaixo da necessidade do 3º bimestre, mas fora das expectativas iniciais da LOA 2022.

EVOLUÇÃO DA ESTIMATIVA ANUAL DE EXCESSO (+) / NECESSIDADE DE AJUSTE (-) DO TETO DE GASTOS (R\$ BILHÕES)



Fonte: LOA 2022, Decreto 10.961 e alterações. Elaboração IFI.

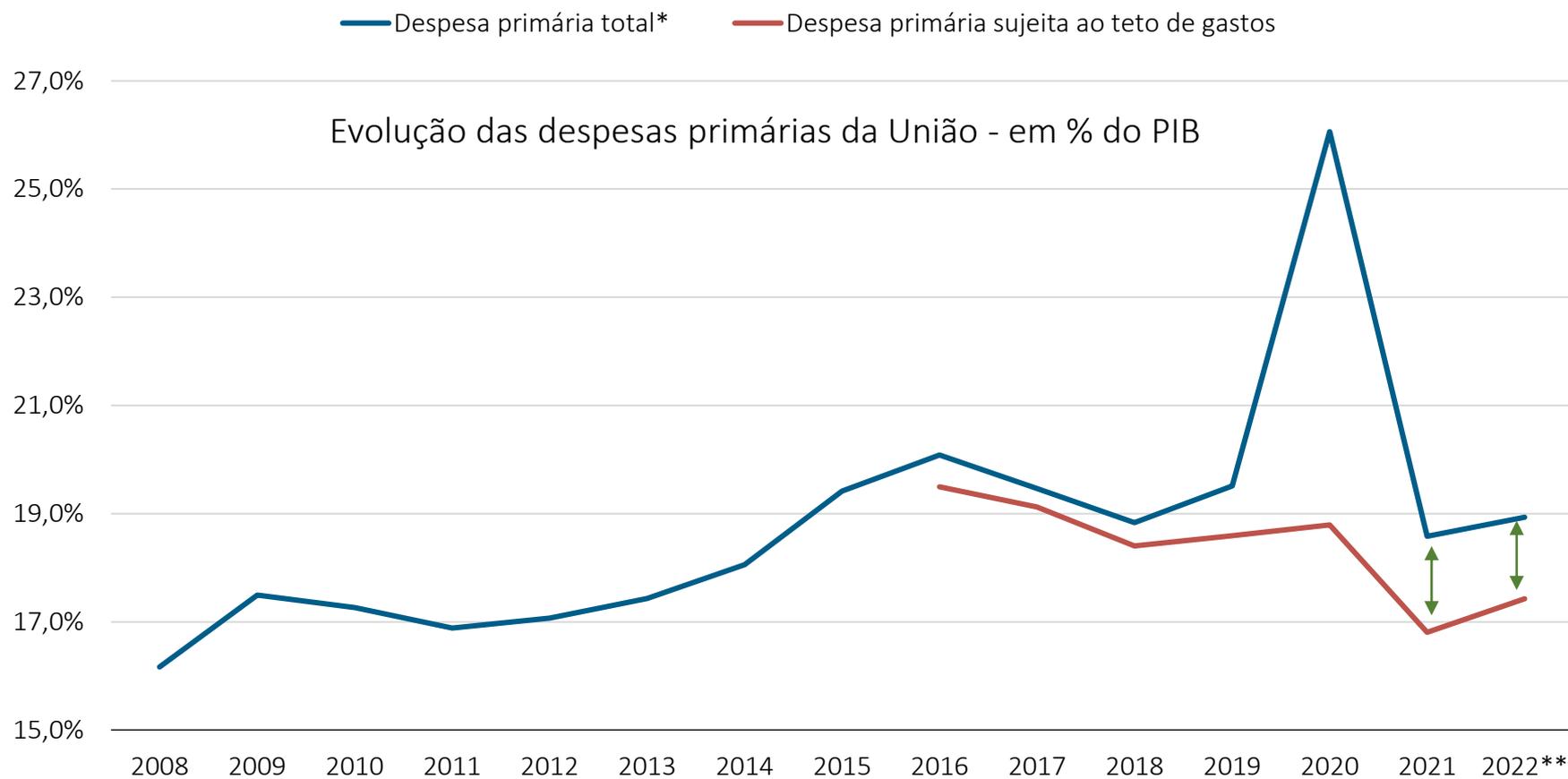
Alterações promovidas no teto



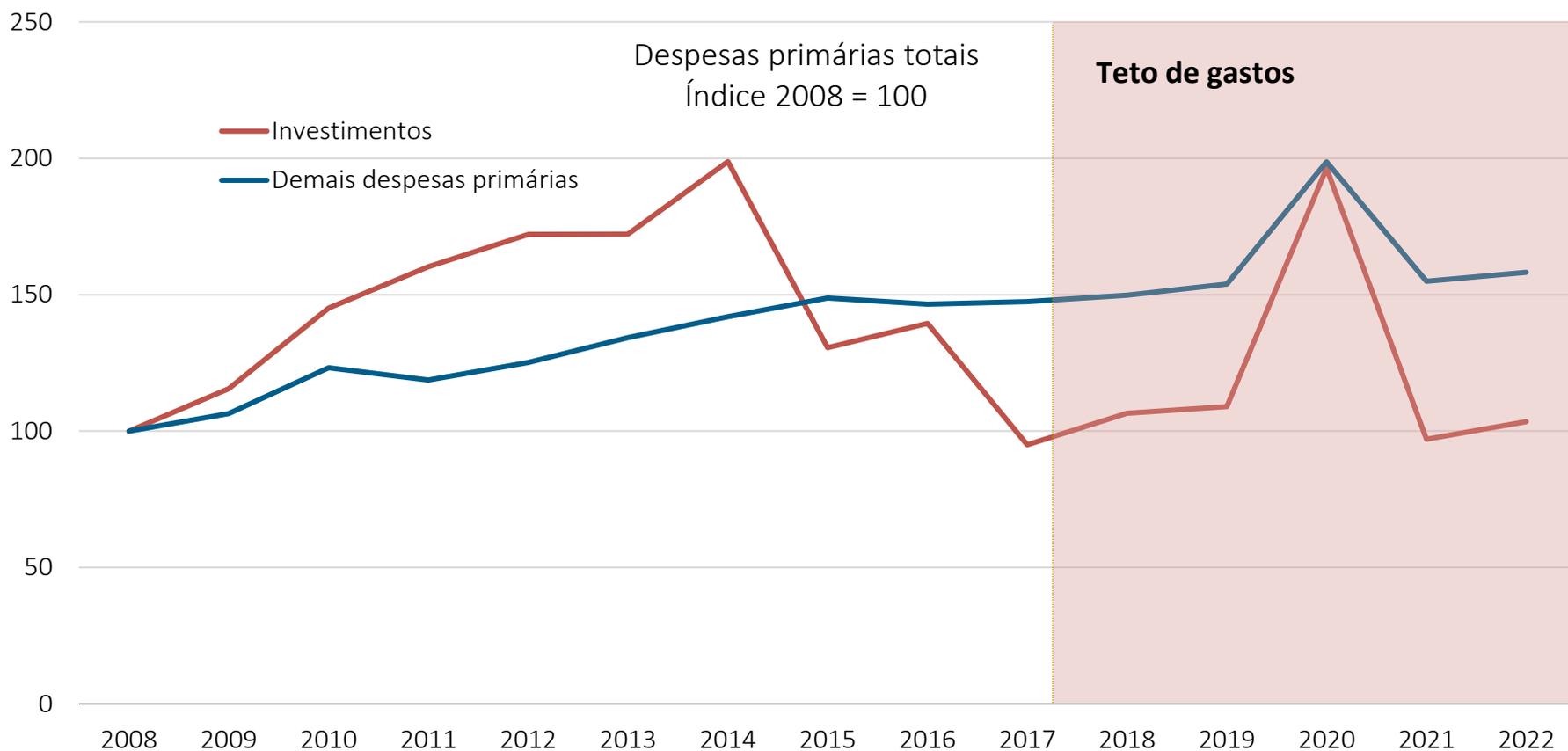
Juntas, abrem espaço de R\$ 113,1 bi no teto de 2022:

- recálculo do teto: R\$ 69,6 bi
- limite precatórios: R\$ 43,5 bi

(Fonte: IFI.)



Fonte: IFI. *Exceto transferências por repartição de receita. **Acumulado em 12 meses até mai/2022.



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração IFI.

- Revisão na projeção do PIB da IFI e queda na arrecadação realizada em setembro explicam o recuo na projeção de receitas.
- Receitas não administradas devem cair em 2023 em razão do recuo do preço do petróleo no mercado internacional .

COMPARATIVO DE PROJEÇÕES DE RECEITAS DA IFI PARA DIFERENTES CENÁRIOS

	2022		2023	
	Base	Alternativo	Base	Alternativo
1. Receita primária total	2.322,5	2.322,6	2.316,0	2.246,8
Receitas administradas	1.400,0	1.400,0	1.470,4	1.399,8
Arrecadação líquida para o RGPS	537,2	537,2	558,6	560,0
Receitas não administradas	385,4	385,4	287,0	287,0
2. Transferências por repartição de receita	459,1	459,1	468,4	445,9
3. Receita primária líquida [1-2]	1.863,4	1.863,5	1.847,6	1.800,9

Fonte: IFI.

- Piora no resultado primário em 2023 ocorreria em função da diminuição da receita e no aumento da despesa.
- No cenário alternativo, incorporando o Auxílio Brasil executado fora do teto, o deficit é projetado em R\$ 103 bilhões (1% do PIB).

PROJEÇÕES PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022		2023			
	Base		Base		Alternativo	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Receita líquida	1.863,4	19,1	1.847,6	17,9	1.800,9	17,4
Despesa primária	1.812,6	18,6	1.852,1	17,9	1.903,9	18,4
Resultado primário	50,9	0,5	-4,5	0,0	-103,0	-1,0

Fonte: IFI.

- Projeção da IFI para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em 2023 no cenário base é de 79,2% do PIB, no cenário alternativo pode alcançar 80,7% principalmente pela piora no resultado primário.

PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022	2023	
	Base	Base	Alternativo
Resultado primário do setor público consolidado	1,1%	0,0%	-1,0%
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.751,56	10.339,82	10.366,19
PIB - cresc. real	2,6%	0,6%	1,0%
Deflator implícito do PIB	9,5%	5,4%	5,2%
Taxa implícita real	4,4%	3,6%	4,8%
DBGG (% do PIB)	77,3%	79,2%	80,7%

Fonte: IBGE, Banco Central. Elaboração: IFI.

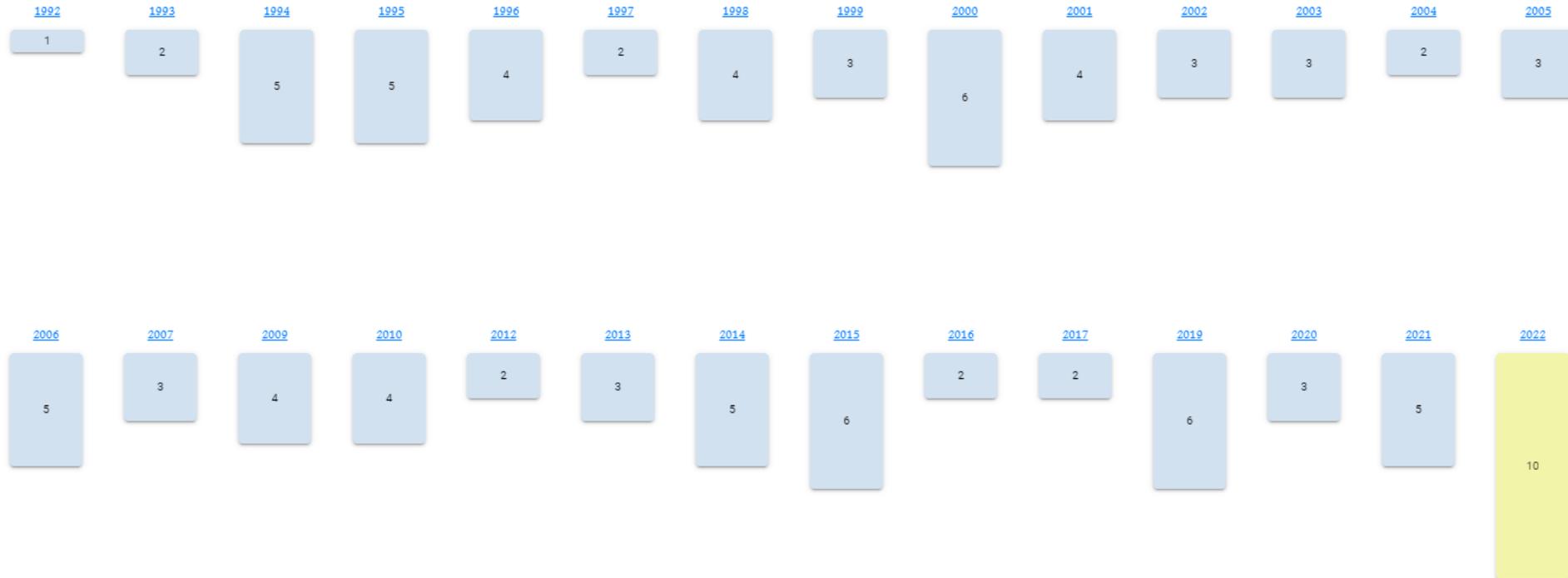
Projeções da IFI para 2022 e 2023

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2022			2023		
	Setembro	Outubro	Comparação	Setembro	Outubro	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,61	2,61	=	0,59	0,59	=
PIB – nominal (R\$ bilhões)	9.784,87	9.751,56	▼	10.407,87	10.339,82	▼
IPCA – acum. (% no ano)	6,44	5,78	▼	4,92	4,78	▼
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,20	5,21	▲	5,22	5,21	▼
Ocupação - crescimento (%)	7,30	7,30	=	0,28	0,28	=
Massa salarial - crescimento (%)	4,19	4,62	▲	0,59	0,59	=
Selic – fim de período (% a.a.)	13,75	13,75	=	10,50	11,00	▲
Juros reais ex-ante (% a.a.)	6,03	6,53	▲	4,91	4,78	▼
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	1,33	1,12	▼	0,07	-0,04	▼
<i>dos quais Governo Central</i>	0,73	0,52	▼	0,07	-0,04	▼
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	7,33	6,17	▼	6,26	5,59	▼
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,00	-5,05	▲	-6,19	-5,63	▲
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	78,05	77,33	▼	80,20	79,19	▼

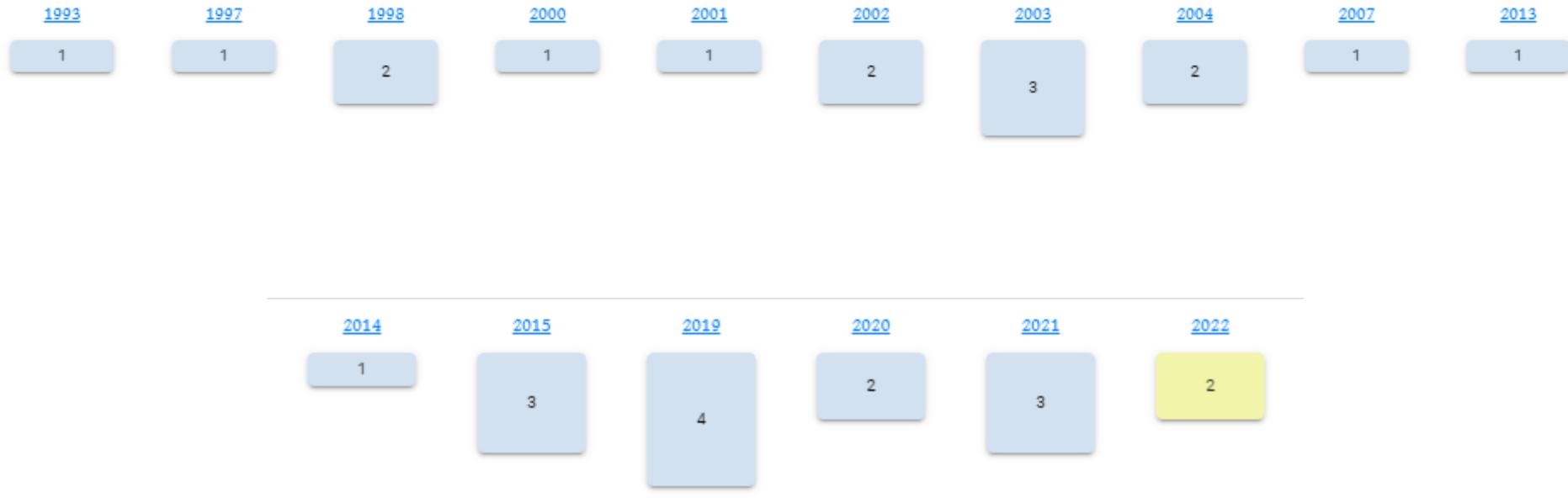


Constituição





Título VI - Tributação e Orçamento



Obrigada

Vilma da Conceição Pinto

Diretora da IFI

<https://linktr.ee/ifibrasil>